

# A civilização brasileira

WILSON MARTINS

As "grandes" histórias do Brasil, quero dizer, as que voluntariamente pretenderam situar-se acima do plano meramente didático, estão, já agora, superadas e pertencem mais à bibliografia de erudição do que à bibliografia científica. O que as envelheceu não foi o atraso na informação: Varnhagen, mesmo atualizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, não responde às nossas exigências técnicas e espirituais, embora continue respondendo, e muito mais generosamente do que se supõe, a numerosas das nossas perguntas. O mesmo se pode dizer de Rocha Pombo e do seu livro, que eu, de resto, classificaria mais como um "manual de estudos superiores" do que como um traçado de história do Brasil, o que os volumes de Varnhagen eram e continuam sendo. A recente História do Brasil, do sr. Pedro Calmon, não foi, tanto quanto sei, distribuída à crítica literária (o que, aliás, não deve ter prejudicado o seu sucesso, muito pelo contrário); somos obrigados, por isso, a supor que, no espírito e na letra, no alcance e na realidade, ela se situa no mesmo nível mais "literário" (entre aspas) do que propriamente científico (com e sem aspas) que distingue os seus livros anteriores. Entre Varnhagen e Rocha Pombo, assim como entre Rocha Pombo e o sr. Pedro Calmon, o livro clássico de João Ribeiro ocupa um lugar à parte: é a história do Brasil de um intelectual, mas não para os intelectuais, da mesma forma por que, sendo um livro de classe, não será, contudo, um livro para estudantes secundários. João Ribeiro, por exemplo, aliás, do que acontece em toda a sua obra, ficou a meio caminho entre o tratado erudito, a obra de alta vulgarização e o livro didático — e se é verdade que as suas qualidades pedagógicas beneficiam o erudito e o vulgarizador, não é menor certo que o vulgarizador e o professor manietaram um pouco o erudito. Não é, pois, de simples atualização que se trata, mas, antes, do "espírito" com que deve ser escrita a história do Brasil: Varnhagen viveu a lã de mel com o documento, não só pessoalmente, mas, ainda, como "atmosfera" científica. Essa história puramente documentária (e que se acreditava tanto mais histórica e científica quanto maior número de documentos reunisse) transferiu-se para Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, perdendo, gradativamente, contudo, em cada uma dessas passagens, um pouco do seu calor inicial; é que, entretanto, os tempos também mudavam e o documento deixou de ser história para ser, apenas, um subsídio da historiografia. O sr. Pedro Calmon, de seu lado, escreveu a história acadêmica do Brasil, no bom e no mau sentido da palavra, isto é, a história do Brasil vista, não dos arcos poeirentos e lugubres, mas dos salões iluminados e brilhantes; entre um e outro, Capistrano teria a tendência de situá-la nas trilhas do sertão e nas tabas indígenas. — eis porque a sua obra será antes a pré-história do que a história do Brasil. Rocha Pombo e João Ribeiro viram a história do Brasil como

matéria de currículo, como material a ser ordenado didaticamente e, na tradição inaugurada por Varnhagen, essencialmente fundada em "fatos", isto é, numa enumeração frequentemente cansativa e insípida de fatos. A idéia que todos temos da história do Brasil é a de imensos repositórios, confusos e pouco inteligentes, de nomes e datas; há, na maior parte desses livros, quero dizer, na maior parte de cada um deles, uma curiosa ausência do que seria uma "história" do Brasil, ou seja, a análise e identificação das diversas linhas de força, do sentido político, sociológico e humano eventualmente contido na formação e na evolução da Nação Brasileira. Para tudo dizer numa palavra, os nossos historiadores clássicos escreveram, em grande parte, a história dos casos, das coincidências, dos incidentes, das circunstâncias fortuitas, que balizam a história do Brasil; mas a história do Brasil só poderá ser, para ser o que deve ser, a "história da sua vontade de ser uma Nação", como diria Julien Benda. Pois há uma "civilização brasileira", na acepção toynbeeana da palavra, ou, se quisermos tender para a modestia, uma civilização americana de que a face brasileira será, do ponto de vista geográfico, político e social uma das mais importantes. Assim, o título de História Geral da Civilização Brasileira, imposto, por motivos de ordem editorial, ao tratado do sr. Sergio Buarque de Holanda e de seus colaboradores (1), não é tão pretensioso quanto poderia parecer à primeira vista e ele tem a vantagem de situar, desde logo, essa obra no plano em que hoje se deve colocar a História do Brasil, polígono delimitado pela metodologia científica, pela atualização material, pelo espírito crítico e pela consciência do fato histórico — não pela obsessão dos fatos históricos. A diferença entre o singular e o plural será, creio eu, facilmente perceptível: os fatos históricos, que nada significam isoladamente, adquirem o seu sentido pelo encadeamento recíproco em que se apresentam, esse encadeamento constituindo o fato histórico, a história de uma nação. Assim, para citar exemplos precisos, a história do Brasil não é a narrativa da batalha de Guararapes, da epopéia das Bandeiras (como diria a sra. Myriam Ellis) ou da proclamação da República: a nossa "consciência" do Brasil, "na sua vontade de ser uma Nação", está acima dessas contingências episódicas, ainda que resulte, necessariamente, delas todas. Mas não tomadas uma a uma, nem, mesmo, na ordem cronológica: a consciência histórica, por paradoxal que pareça (e por nefastas que sejam as consequências dessa atitude espiritual), é simultaneísta por excelência — somos contemporâneos de Borba Gato e do Marechal Deodoro, de Tiradentes e de Filipe Camarão. E' justamente por isso que pode existir uma história do Brasil, porque a realidade "Brasil" condiciona e envolve o conceito de "história". Essa realidade "Brasil" encontrará a sua manifestação na civilização brasileira, que é um todo, uma criação histo-

rica, uma individualidade mental e sociológica. Claro está que isso não significa qualquer crença no voluntarismo nem no providencialismo histórico: o homem que vive ou faz a história não pode perceber o sentido do que está fazendo, mas também não poderá, mais tarde, escrever história o homem que não perceber esse sentido, isto é, que não o saiba deduzir dos fatos que observa. O erro mais comum consiste em atribuir ao personagem histórico a consciência e a previsão da história, quando, ao contrário, ele vive no contingente e no accidental; mas esse contingente terá, visto em perspectivas históricas, um sentido secreto — e é isso que constitui a história.

O livro do sr. Sergio Buarque de Holanda distingue-se, antes de mais nada, pela exata enfocação do problema; o próprio título, que ele aceitou com alguma relutância e bastante reserva mental, serviu para conduzi-lo sutilmente a um planejamento cuja amplitude seria prejudicada se se cuidasse apenas de escrever mais uma história do Brasil. Por outro lado, como toda obra coletiva, se é possível fazer uma ou outra restrição quanto à homogeneidade, deve-se reconhecer que os pequenos defeitos são largamente compensados pelas grandes qualidades e, em particular, por essa espécie de multiplicidade de visão histórica que a obra automaticamente adquiriu. Preservando a liberdade não só estilística mas interpretativa dos seus colaboradores, o sr. Sergio Buarque de Holanda aproveitou a experiência de obras semelhantes e garantiu para o seu livro qualquer coisa como um relativismo de consciência histórica que se harmoniza perfeitamente com o relativismo da própria história em movimento. Além disso, se a sombra de Varnhagen ainda perpassa, aqui e ali, por essas páginas (notadamente na acumulação pouco digerida de certos capítulos pletóricos de "fatos" antes subsidiários que essenciais, como, por exemplo, os "antecedentes portugueses" ou "a colônia do Sacramento") — deve-se reconhecer a irreprochável atualização mental nos diversos autores e, quase sempre, o nível "intelectual" em que souberam colocar-se. Entenda-se, por essa expressão, o tratamento da matéria como um ensaio histórico e não como uma narrativa histórica, o exato domínio da língua e, não raro, a sua elegância. E' natural que o crítico, leitor profissional, perceba matizes que talvez sejam insensíveis para o leitor comum: assim, é compreensível que a contribuição do sr. Sergio Buarque de Holanda se caracterize por uma densidade, por uma largueza de espírito, por uma sutil malícia, por uma inteligência de certos problemas mais delicados, qualidades, todas, que respondem à própria conformação do seu espírito; enquanto isso, tal ou tal colaborador, escravizado pela natureza do seu tema, como os fundamentos geográficos ou a "guerra" dos Emboabas, ou denunciando conformação espiritual diferente, redigiu ora páginas mais áridas, ora exposições minuciosamente corretas ainda que de menor "incoatividade".

Nesse particular, é impossível deixar sem referência o capítulo das Bandeiras, escrito naquele "tom jaculatorio" que exasperava o velho André Gide quando lia os Cahiers d'André Walter. E' um trecho do volume, tanto quanto posso julgar, exato em sua "matéria histórica" propriamente dita, mas que destoa do resto pelo abandono do estilo objetivo e do equilíbrio na apreciação. Segundo parece, é impossível estudar as Bandeiras sem aludir ao heroísmo do episódio e dos seus parti-

cipantes, sem louvar desmedidamente a natureza pelo sabedoria com que dotou São Paulo de uma topografia privilegiada, sem falar na "arrancada sertanista", na "audácia do branco", no "espírito independente, lutador e tenaz", na "alimentação saudável", na "braveza ou na bravura", no "povo de guerreiros" e na "forja de bandeirantes". Ora, há um momento para celebrar o Bandeirismo e há um momento para estudar historiograficamente o episódio das Bandeiras: são duas coisas diferentes. Mas, isso ainda não é o mais grave: o mais grave é que esse capítulo está impregnado de racismo e explica as Bandeiras, antes de mais nada (e, mesmo, exclusivamente), pela "herança biológica" (pag. 280), que tornara o Bandeirante "fisicamente um forte". Assim, "os mamelucos, além do espírito aventureiro, da intrepidez, audácia e mobilidade do pai, receberam por via materna o amor à liberdade, a indole inquieta e nomade e as inclinações sertanistas do ameríndio também dotado de extrema mobilidade". Eis porque eles constituíram, diria o nosso velho Gobineau, para não falar de Oliveira Vianna, "constituíram os elementos formadores da maior parte das primeiras famílias paulistas, troncos originários de gente possuidora de estupendos atributos de fecundidade, longevidade e virilidade, gente que mais tarde Saint-Hilaire denominou de "raça de gigantes". Foram essas famílias patriarcais, amestçadas e cristãs, as viga mestras do grupo social que gerou os contingentes humanos das bandeiras...". A endogamia das uniões consanguíneas teria protegido "o desenvolvimento da hereditabilidade responsável pelas características físicas e paleológicas do tipo humano paulista..." (pag. 282). O racismo do mestiçamento misturado ao racismo propriamente dito é o tema desse capítulo, singularmente enriquecido pela idéia de um "bandeirismo democrático" resultante não só dos fatores constitutivos da sociedade, mas, ainda, da mestiçagem, da pequena propriedade e do sistema administrativo. E' difícil encerrar como democrática, no sentido exato da palavra, a organização das Bandeiras: o que elas nos sugerem será, antes, o contrário.

Está visto que, enquadrado o Bandeirismo dentro dessa concepção heroica (no sentido artístico da palavra), deslize, insensivelmente, o historiador para a recriação histórica. No mesmo capítulo, pode-se ler que a fundação do Colégio de São Paulo resultou das condições favoráveis de clima, de solo e de topografia: tais condições influíram (sic) na escolha do sítio, já que os Jesuítas teriam observado (pag. 274) "as vantagens da posição geográfica do local". Além disso, São Paulo de Piratininga era "um centro de entroncamento de passagens naturais": foi esse, "sem dúvida alguma (sic)... um fator de grande influência no estabelecimento da vila e no seu destino pioneiro" (pag. 276). No seu destino, com certeza; mas não no seu estabelecimento. Pode-se supor que os Jesuítas, quando fundaram o Colégio, não tinham, nem poderiam ter, os conhecimentos geográficos que mais tarde possuíram: na carta de 1554 em que se refere a Piratininga, Nobrega não faz a menor alusão às condições favoráveis do sítio, o que certamente aconteceria se as vantagens fossem tão evidentes e, notadamente, se elas tivessem influído na escolha. Da mesma forma, na Vida de Nobrega, do Pe. Antonio Franco, lê-se apenas o seguinte: "... mandou Padres e irmãos, que dessem principio a um colégio nos campos de Piratininga, distante de S. Vicente 12

ou 13 leguas, mui abastados de viveres para o sustento humano, ainda que o caminho, por onde a eles se vai, fragosissimo". A razão predominante por consequência, teria sido de ordem alimentar, ainda que neutralizada, em larga medida, pelas dificuldades de acesso. A idéia que os Jesuítas se faziam de São Paulo era, pois, o contrário da que nos propõe este livro: lugar isolado e fechado sobre si mesmo, lugar a ser conquistado e não onde instalar uma base de conquista. O engano que os historiadores geralmente cometem (e que esta História acentua) resulta da leitura das Cartas Jesuíticas... posteriores de vinte anos. Duas décadas depois da fundação, Anchieta e os Jesuítas poderiam, realmente, celebrar "a posteriori" os méritos da região: é que, no intervalo, eles se tornaram conhecidos e conscientes. A exploração preliminar do Pe. Leonardo Nunes, além de obedecer a outras preocupações, não poderia ter sido "exaustiva" e "minuciosa" como se diz: foi, antes, um reconhecimento previo e em bloco, condicionado pelo intuito catequizador mais do que pela previsão histórica que, nas condições reais, só poderia ser das mais ténues.

Para provar de maneira concreta em que consiste a perspectiva histórica, com as suas leis próprias, a sua avaliação específica dos fenômenos, basta ler, depois desse capítulo das Bandeiras, o que se consagra às Monções. Trata-se de aspecto que poderia ser omitido, sem perda essencial, escreve o sr. Sergio Buarque de Holanda, na história do Bandeirismo; contudo, são as Monções que, por um lado, transformam a natureza profunda das Bandeiras e, por outro, revelam a significação oculta desse grande fenômeno histórico. Em certo sentido e apenas com um leve exagero, pode-se dizer que foram as Monções e não as Bandeiras que asseguraram a expansão territorial: as primeiras e não as segundas é que foram expedições verdadeiramente civilizadoras, estabilizadoras, enquanto as Bandeiras melhor se definem como expedições de conquista e devassamento. A distinção já foi feita, mas ainda não passou para os espíritos. Contudo, se pensarmos que foram as monções e não as bandeiras que, na verdade, instituíram o domínio do território e, por consequência, justificaram a doutrina do "uti possidetis", compreenderemos sem dificuldade a imensa significação de um fato que, à primeira vista, nada mais teria representado do que o aburguesamento, a comercialização de uma gesta heroica. As monções nada têm de "heroico", na acepção militar do vocabulário: elas foram o empreendimento "industrial" de que falariam os positivistas do século 19.

Esta História Geral da Civilização Brasileira será, com certeza, uma provocação magnífica para "repensar" o Brasil, para reestruturar a nossa compreensão do fenômeno histórico, mais ou menos dissimulado pelas exposições didáticas e pela visão da "história oficial", a história dos momentos solenes. Justamente, a história faz-se nos momentos obscuros, na vida cotidiana que tece insensivelmente a teia das civilizações características.

1) História Geral da Civilização Brasileira (sob a direção de Sergio Buarque de Holanda), Tomo I, 1.º volume: "A Época Colonial". Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960. Por memória: Delgado de Carvalho: História Diplomática do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959 (obra convenionalmente descritiva e de intuídos didáticos).